

## **LEI Nº1.187 / 2.001.**

### **DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM.**

O povo do município do Município de Ribeirão Vermelho, por seus representantes legais aprovou, e eu em seu nome sanciono a presente lei,

**CONSIDERANDO** a necessidade de reconhecer a importância da mulher no âmbito Municipal;

**CONSIDERANDO** o dever de definir a real participação da mulher no serviço público municipal, em seus vários escalões,

**Artº. 1º** - Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM com a finalidade de promover, no âmbito municipal, política que vise eliminar as discriminações que atingem a mulher, assegurando-lhe liberdade e igualdade de direitos e permitindo sua plena inserção na vida sócio-econômica, política e cultural, propondo medidas e atividades que visem à defesa de seus direitos como trabalhadora e cidadã.

**Artº. 2º** - O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher será composto por 05 (cinco) membros cabendo ao Chefe do Executivo a indicação da Presidente e, aos órgãos Municipais, a indicação de sua representante.

**Parágrafo Único** - As vagas restantes serão preenchidas entre pessoas que tenham contribuído ou possam contribuir, de forma significativa, em prol da defesa dos direitos da mulher, indicadas entre grupos representativos da sociedade civil.

**Artº. 3º** - Os membros do Conselho terão mandato de 03 (três) anos, permitida a recondução por mais uma vez.

**Artº 4º** - O exercício das funções dos membros do Conselho será gratuita e considerando serviço público relevante.

**Artº. 5º** - O CMDM terá a seguinte estrutura básica:

- 1 – Presidência
- 2 – Secretaria Executiva
- 3 – Área Técnica
  - 3.1 – Atendimento à saúde
  - 3.2 – Atendimento Educação e Creche
  - 3.3 – Atendimento e orientação à mulher
  - 3.4 – Atendimento à cultura
  - 3.5 – Combate à violência

**Artº. 6º** - Os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual prestarão, a convite do CMDM, o assessoramento que ele necessitar.

**Artº. 7º** - As despesas com a instalação do Conselho e execução dos seus programas, correrão a conta das dotações orçamentárias próprias do Gabinete do Prefeito.

**Artº. 8º** - A estruturação, competência e funcionamento do CMDM serão fixados em Regimento Interno, aprovado por Decreto do Poder Executivo.

**Artº. 9º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Plenário Vereador Walter Marques, em 03 de Outubro de 2.001.**

**Célio Carlos de Carvalho**  
**Prefeito Municipal**

**Miriam Cristina da Purificação Faria**  
**Secretária**